

### III SEMINÁRIO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS

#### *PARÂMETROS DE QUALIDADE PARA OS PROGRAMAS DA ÁREA CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS I*

## RELATÓRIO

### INTRODUÇÃO

---

O III Seminário de Acompanhamento e Avaliação Anual dos Programas da Área Ciências Sociais Aplicadas I foi realizado na sede da CAPES, em Brasília, durante os dias **4 e 5 de agosto de 2014**, com a participação da coordenação dos Programas de Pós-Graduação do Brasil, das subáreas Comunicação, Ciência da Informação e Museologia.

A realização deste Seminário cumpriu decisão da CAPES sobre a participação dos Programas no processo de avaliação compartilhada, em substituição à avaliação continuada. Os procedimentos adotados e a metodologia de participação dos Programas da Área foram definidos e divulgados com antecedência. Este seminário acontece na confluência de duas situações importantes para a área: os resultados da Avaliação Trienal 2013 e a mudança da Coordenação da área para o período 2014-2016.

Participaram do III Seminário de Acompanhamento os coordenadores, ou respectivos representantes dos Programas. Foram também convidados os docentes que participaram, na qualidade de consultores, da Comissão de Avaliação Trienal 2013. Os objetivos deste Seminário foram os seguintes:

- Apresentar relatório de atividades do triênio e da Avaliação Trienal 2013;
- Cumprir a primeira etapa do processo de formulação do Documento da Área que deverá nortear a Avaliação 2016;
- Debater questões e sugestões vinculadas aos temas dos Painéis, encaminhadas pelos programas;
- Integrar os coordenadores da área Ciências Sociais Aplicadas I no debate sobre os parâmetros de qualidade na avaliação dos programas.

A abertura do III Seminário foi realizada por Ana Maria Ferreira Leite - coordenadora geral de Avaliação e Acompanhamento, representando o Prof.Dr. Lívio Amaral, diretor de Avaliação da CAPES. Foram apresentados o processo de constituição e desenvolvimento da Avaliação Trienal 2013, os números vinculados e resultados obtidos. Apresentou, também, os principais aspectos

relacionados à implantação do sistema denominado Plataforma Sucupira. A comunidade presente opinou sobre as questões abordadas e solicitou maiores detalhamentos sobre a Plataforma Sucupira. Atendendo a este pedido, foi realizada reunião específica com a equipe DAV/CAPES, quando então, os coordenadores dos programas expressaram suas preocupações e formularam suas dúvidas. Devido à complexidade da Plataforma, assim como os novos procedimentos exigidos, foi solicitado que houvesse prorrogação no período definido para o preenchimento das informações sobre os programas.

Na sequência, a coordenação da área (Maria Helena Weber, Nair Yumiko Kobashi e Vera Lúcia Dodebei) apresentou seu relatório de gestão, com os respectivos números, mudanças ocorridas e sugestões para a qualificação da área, a partir de três desafios a serem enfrentados pelos programas: estruturais, teórico-práticos e políticos.

Os *desafios estruturais* estão vinculados ao funcionamento integrado dos programas, considerando o processo de seleção de alunos, o projeto acadêmico, o desenvolvimento das pesquisas e a produção intelectual decorrente, a inserção social e os resultados expressos na formação dos egressos. Esses desafios dependem do desenvolvimento de práticas e reflexões em torno da qualidade desejada, da responsabilidade e compromisso da instituição, do programa, dos docentes/pesquisadores e dos discentes.

Os *desafios teórico-práticos* se relacionam à execução de conceitos e práticas que viabilizam a interdisciplinaridade no programa, a relação com a educação básica, os processos de internacionalização e a busca de qualidade de acordo com os parâmetros de avaliação.

O *desafio político* de cada programa está determinado pela compreensão da responsabilidade do programa com as políticas públicas no campo da Ciência e da Educação, desenvolvimento nacional, cultura nacional, educação ampliada, a emancipação social, a internacionalização e as mudanças possíveis propiciadas pelo crescimento da pós-graduação.

A coordenação da área apresentou os principais resultados correspondentes à sua gestão.

O mapa e configuração da área Ciências Sociais Aplicadas I, até dezembro de 2013, apresenta 44 Instituições de ensino; 63 programas, sendo 45 da Comunicação, 15 da Ciência da Informação e 3 da Museologia; 90 cursos com 28 doutorados (19 de Comunicação, 8 de Ciência da Informação e 1 de Museologia); 57 mestrados acadêmicos( 43 de Comunicação, 11 de Ciência da Informação e 3 de Museologia) e 6 Mestrados Profissionais ( 1 de Comunicação e 5 de Ciência da Informação).

Foram desenvolvidas, no período, atividades de coordenação e representação, especificamente: coordenação e representação da área CSA1 junto à CAPES e junto aos programas; a coordenadora cumpriu mandato como representante da área de Humanidades junto ao CTC-ES; atividades de coordenação dos seminários de Avaliação e respectivos relatórios; coordenação das comissões e mudanças no documento da área; avaliação e pareceres

sobre Bolsas, Auxílios e demandas formais; avaliação de APCNs; formação de Comissões: Avaliação Trienal, APCNs, Periódicos, Livros, Prêmio Capes de Tese e outras; planejamento, organização e acompanhamento dos processos de Avaliação: Seminários e Avaliação Trienal; participação em reuniões de programas e associações; visitas a programas e participação em Comissões de outras áreas

Os investimentos e os auxílios obtidos pela área no período 2011-2013 cresceu substancialmente. Em 2010 o total de 30 eventos obteve financiamento de R\$ 482.200,00; em 2011, aumentou o número de eventos para 39 e o valor cresceu para R\$ 701.000,00; em 2012 foram 35 eventos com financiamento de R\$ 865.000,00 e, em 2013, o total de 56 eventos obteve financiamento de R\$ 1.222.000,00. O total do período atingiu R\$ 2.788.000,00 distribuídos entre 130 eventos.

Da demanda a Bolsas de programas e Editais (AEX, Doutorado pleno no exterior, doutorado sanduiche, estagio pós doutoral, estagio sênior e projetos de pesquisa pós-doutoral) foram recebidos 346 pedidos, tendo sido recomendados 151; 96 não recomendados e 99 sem emissão de parecer.

Especificamente em relação à Avaliação Trienal 2013, a coordenação apresentou, no Seminário, o processo de avaliação como um todo, seu roteiro, incluindo etapas e procedimentos utilizados, conforme Figuras 1 e 2.

#### FIGURA 1 - PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS

##### **PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO**

###### **1. ACOMPANHAMENTO ANUAL**

- Seminários de Avaliação e acompanhamento
- Relatório dos Seminários



###### **2. AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS**

- APCN (novos cursos)
- PAEX
- BOLSAS E PROGRAMAS

###### **3. DOCUMENTOS E PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO**

- Documento da Área 2013
- Relatório da Trienal 2010
- WebQualis Periódicos 2012
- Classificação de Livros 2010-2012
- 16 cadernos de Indicadores, por Programa, consolidados pela CAPES

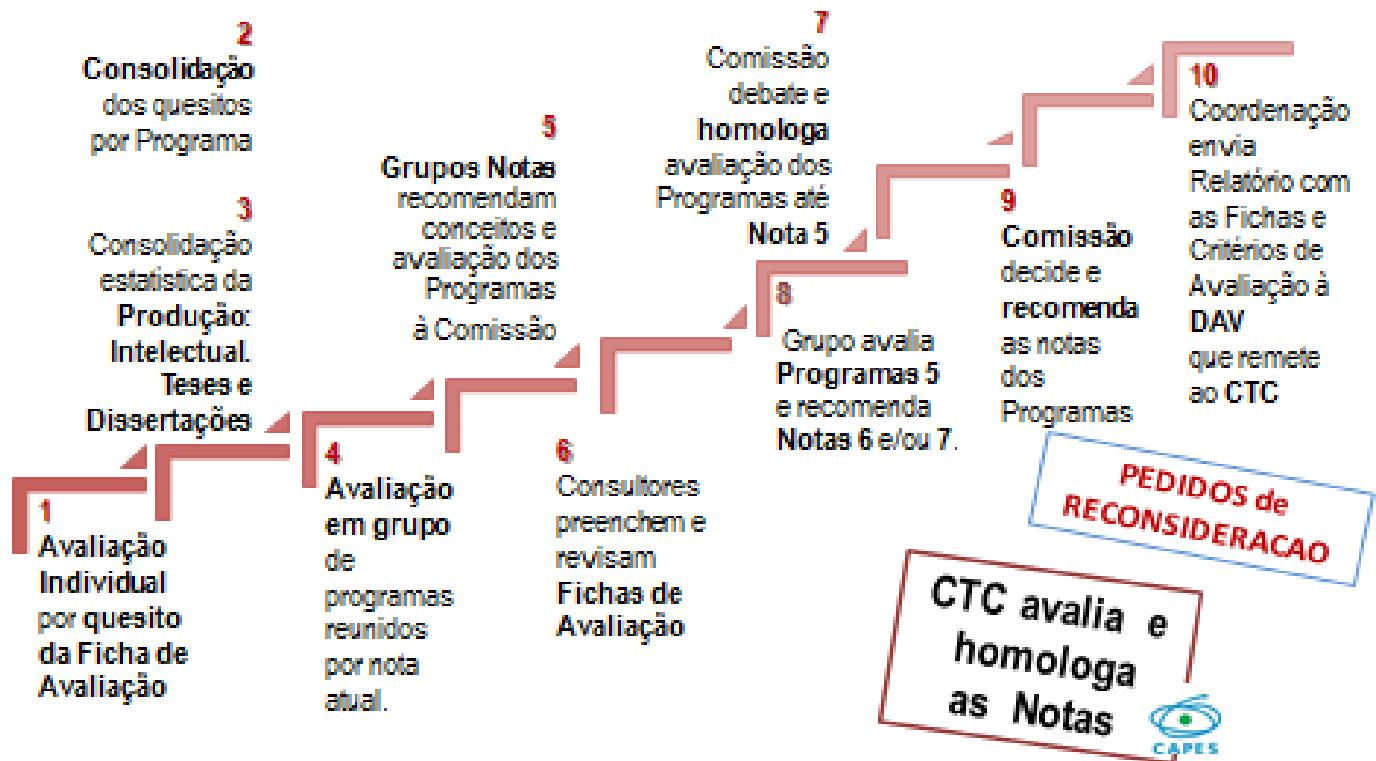
###### **4. COMISSÕES DE AVALIAÇÃO**

- Integradas por docentes capazes de analisar processos e indicar parâmetros de qualidade para a área.

(APCN, WEBQUALIS PERIÓDICOS, COMISSÃO DE LIVROS, COMISSÃO TESES, COMISSÃO DOCUMENTO DÁ ÁREA. COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA TRIENAL)

FIGURA 2 - ROTEIRO DA AVALIAÇÃO 2013- CSA1

## ROTEIRO DA AVALIAÇÃO 2013 - CSA1



**AGOSTO 2013 a ABRIL DE 2014**

Houve manifestações e cumprimentos da comunidade presente à comissão que coordenou a área.

## 2 - RESULTADOS DO SEMINÁRIO

Estão sistematizados, a seguir, os resultados obtidos nos dois dias de trabalho, norteados pela pluralidade de opiniões nos debates relacionados aos procedimentos e resultados da Avaliação Trienal 2013 e as decorrentes recomendações e sugestões para a qualificação do processo e da área.

Cabe ressaltar que foram apresentadas sugestões e decisões oriundas de fóruns e comissões organizados por associações vinculadas à Área: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - COMPÓS, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação - ANCIB e o Fórum dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação de São Paulo.

## METODOLOGIA

---

O III Seminário teve como objetivos principais debater a Avaliação Trienal 2013 e iniciar a construção do documento de área da próxima avaliação. Nesta direção, foram cumpridas duas etapas.

A primeira - prévia ao Seminário - vinculada à participação dos programas, aos quais foram enviadas orientações e documentação referente aos painéis do Seminário. Na segunda etapa foram realizados os painéis e debates propostos no programa previamente distribuído.

Os programas receberam o convite para o Seminário e as seguintes orientações:

- ° Os programas poderiam enviar contribuições para a definição dos parâmetros de qualidade desejáveis, considerando os 5 quesitos que norteiam a avaliação dos programas do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).
- °
- ° As sugestões dos Programas seriam encaminhadas aos painelistas, se enviadas em tempo hábil;
- °
- ° Cada Programa poderia sugerir ajustes, alterações, inclusões e exclusões em relação aos ITENS (desdobramento de cada quesito, conforme documento da área e Relatório Trienal) - e justificá-los -, considerando a repercussão para a avaliação de toda a área e subáreas.
- °

ÁREA 31 - CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
COMUNICAÇÃO. CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. MUSEOLOGIA

- As contribuições e a respectiva justificativa do programa em relação às propostas de mudanças dos itens deveriam remeter, necessariamente, aos QUESITOS da Ficha de Avaliação.
- 
- As contribuições dos programas deveriam ter como referência os documentos disponíveis no site da CAPES: Documento da Área Ciências Sociais Aplicadas I 2013 e o Relatório Geral da Avaliação da Trienal 2013, da área CSA1.

Complementando estas solicitações, foram enviadas, também, informações específicas sobre o processo de estruturação do documento de Área e cópia dos Quesitos e Pesos de Avaliação da Área para Doutorado e Mestrado Acadêmico e Mestrado Profissional. Poucos programas responderam a esta solicitação.

O III Seminário da Área CSA1 teve como característica, a formação de painéis integrados por coordenadores de programas e docentes convidados - que integraram Comissão da Avaliação Trienal -, vinculados às subáreas Comunicação, Ciência da Informação e Museologia, considerando a diversidade regional e notas dos Programas. Estes painéis foram mediados pela Coordenação da área.

Os temas dos painéis abordaram os 5 itens que constituem a Ficha de Avaliação do Documento da Área: Proposta do Programa, Corpo Docente, Corpo Discente, Teses e Dissertações, Produção Intelectual e Inserção Social.

As atividades do Seminário foram distribuídas em dois dias, de acordo com o Programa previamente divulgado.

## PROGRAMA

---

### Dia 4/agosto/14 - segunda-feira

8h30 - Abertura com o diretor de Avaliação da CAPES, Prof. Dr. Lívio Amaral  
9h30 - Relatório, avaliação e proposições da Coordenação da Área  
10 horas - Painel 1 -*Proposta do Programa e Inserção Social* : parâmetros de qualidade  
Angela Prystyon - COM/UFPE/ (Membro da Comissão Trienal)  
Liz-Rejane Issberner - CINF/ UFRJ-IBICT (Coordenadora de programa) - a confirmar  
Marilia Xavier Cury - MUS/USP (Coordenadora de programa)  
Maria da Graça Coelho - COM/UFRN (Membro da Comissão Trienal)  
Debates e encaminhamentos

14 horas - Painel 2 - *Produção Intelectual* : parâmetros de qualidade  
Eugênio Trivinho - COM/ PUCSP (Coordenador de programa)  
Henriette Ferreira Gomes - CINF/UFBA (Membro da Comissão Trienal)  
Mauricio Lissovsky - COM/ UFRJ (Membro da Comissão Trienal)  
Rogério Mugnaini - CINF/USP (Membro da Comissão Trienal)  
Debates e encaminhamentos

### Dia 5/agosto/14 - terça-feira

8h30 - Painel 3 - *Corpo Discente, Teses e Dissertações*: parâmetros de qualidade  
Elton Antunes - COM/ UFMG (Membro da Comissão Trienal)  
Fábio Pinho - CINF/ UFPE (Coordenador de programa)  
Maria Elizabete Catarino - CINF/UEL (Membro da Comissão Trienal)  
Maria Ataíde Malcher - COM/UFPA/ (Coordenadora de programa)  
Debates e encaminhamentos

13h30 - Painel 4 - *Corpo Docente*: parâmetros de qualidade  
Asa Fujino - CINF/ USP (Coordenadora de programa)  
Maria Cláudia Cabrini Grácio - CINF/UNESP (Coordenadora de programa)  
Miguel Serpa Pereira - COM/ PUCRJ (Coordenador de programa)  
Suzana Kilp - COM/ UNISINOS (Coordenadora de programa)  
Debates e encaminhamentos  
Encerramento

## RESULTADOS E RECOMENDAÇÕES

---

Neste item são apresentados a síntese dos resultados do III Seminário decorrentes das apresentações, os debates e os relatórios vinculados à abordagem dos temas relacionados à Avaliação Trienal 2013 e ao Documento de área 2010-2012, especialmente os quesitos que norteiam a avaliação dos programas da área Ciências Sociais Aplicadas I.

### 1 - PROPOSTA DO PROGRAMA E PARÂMETROS DE QUALIDADE

---

- 1.1 Uniformização da formulação das propostas dos programas nos mais variados sentidos, desde a dimensão do caderno (as propostas variaram entre 6 e 36 páginas, embora a média mais geral tenha sido de 15 páginas) até os modos de escrita, as ênfases e os graus de detalhamento dos itens.
- 1.2 Simplificação do detalhamento (excessivo) de especificidades técnicas, tais como equipamentos e laboratórios dos seus programas que se sobrepõem às especificidades mais relevantes na referência a bibliotecas, acervos bibliográficos e materiais especiais.
- 1.3 Soluções para a disparidade no preenchimento dos cadernos relacionados ao programa. Os cadernos de Proposta de Programa, em geral, foram pouco remissivos com relação aos outros cadernos, o que fez com que algumas informações (como programas eementas de disciplinas, descrição de projetos de pesquisa e vinculação entre orientadores e discentes) aparecessem num grau de detalhe desnecessário.
- 1.4 Especificação quanto a contribuição de cada docente para o programa, no Triênio. Esta talvez seja outra função essencial do quesito, ou seja, ressaltar aspectos do plano individual que têm impacto na esfera coletiva do programa, para a sua visibilidade, para o seu crescimento e para a própria ideia que o Programa tem de si mesmo.
- 1.5 Proposição sobre o estabelecimento de relação mais direta entre o coordenador do programa e cada professor no processo de preenchimento do quesito Proposta do Programa.
- 1.6 Uniformização do item Auto Avaliação, que apareceu em vários programas apresentando metas como “pontos a melhorar”. Talvez se os próprios itens listados na Plataforma fossem mais delineados, mais específicos, a questão do recredenciamento poderia aparecer de modo mais conclusivo, mais detalhado e mais organizado.
- 1.7 Qualificação e especificação do item Produção Intelectual com o caderno Proposta do Programa se mostrou também nesta Trienal um excelente indicador para a qualificação da Produção Intelectual, ainda que esta seja examinada e avaliada em quesito próprio. Neste caderno, a produção pode ser “explicada” nos seus matizes mais sutis e na sua conexão

com outras dimensões do Programa. Por exemplo, a coordenação de grupos de trabalho em Associações e a edição de coletâneas derivadas destes trabalhos; ou ainda, a presença em Conselhos Científicos que incide na produção e nas conexões do seu grupo de pesquisa com outros grupos no Brasil e no exterior.

- 1.8 Consideração sobre as especificidades da subárea Museologia considerando: trata-se de uma área emergente com destaque internacional, mesmo que isso ocorra fora do circuito da academia; a curadoria, como especificidade da produção científica em museus, deveria ser considerada como parâmetro relevante; interdisciplinaridade e pluralidade são as perspectivas da Museologia reveladas nas características de cada programa.
- 1.9 Valorização do item auto-avaliação do Programa, considerando que neste recai a construção de sua identidade e a delimitação da sua contribuição específica. A partir daí é que se define seu lugar na produção de conhecimento.
- 1.10 Incentivo à qualificação do corpo docente, pela diversidade, equilíbrio entre experiências, renovação e estabilidade do quadro docente.
- 1.11 Criação de template no qual algumas informações indispensáveis teriam de ser preenchidas pelo coordenador e no qual os conceitos (tais como solidariedade, nucleação, inserção, visibilidade, recredenciamento, etc) estivessem melhor delineados. Cabe avaliar se para o caderno mais conceitual, mais aberto e mais reflexivo da avaliação caberia ou seria desejável uma formalização maior, uma esquematização mais dura. Mas certamente do ponto de vista da comissão de avaliação ajudaria bastante a limar as ambiguidades, as imprecisões e os excessos dos cadernos como estão configurados.
- 1.12 Criação - no item Proposta do Programa - uma Linha do Tempo para que os Programas não tivessem que repetir registros que já foram informados em anos anteriores e contribuíssem na construção da sua identidade.
- 1.13 Capacitação dos gestores para preenchimento da Plataforma Sucupira, principalmente esclarecendo conceitos e disposições contidas no Documento de Área para que exista uma padronização no preenchimento da Proposta de Programa.

## 2 CORPO DOCENTE E OS PARÂMETROS DE QUALIDADE

---

- 2.1 Consideração quanto às idiossincrasias dos Mestrados Acadêmicos e dos Mestrados Profissionais, haja vista as diferenças acerca dos indicadores de qualidade sobre o corpo docente.
- 2.2 Manutenção dos 4 itens do quesito Corpo Docente, com o respectivo peso para avaliação dos programas acadêmicos, conforme o documento de área, utilizados, individual e comparativamente. O peso relativo dos itens valoriza coerentemente, em primeiro lugar (35%) a adequação e dedicação à pesquisa e à formação; em segundo (30%) a distribuição equilibrada dessas funções entre os docentes; em terceiro (20%) a qualificação (continuada e adequada) dos docentes; em quarto (15%) sua contribuição à graduação.
- 2.3 Análise sobre a possibilidade de inserir no documento de área, outros itens considerados por áreas afins, como a Educação. Por exemplo, a inserção acadêmica dos docentes e participação em comissões de avaliação, diretorias de associações científicas, de comitês de agências, de periódicos e de eventos.
- 2.4 Análise sobre a conveniência de incluir outros itens que poderiam ter peso menor como, por exemplo, o atual 2.4. Poderia ser avaliada a inclusão, ou não, de ponderação diferenciada para o tipo de inserção e âmbito.
- 2.5 Equilíbrio quanto aos avanços em direção a métricas necessárias e ao excesso de métricas considerando os aspectos que efetivamente são importantes e podem ser mais subjetivos do que objetivos.
- 2.6 Revisão do enquadramento e das descrições de cada item do Documento de Área e sua pertinência ao item e ao quesito, assim como as métricas, sejam estas qualitativas ou quantitativas. Comentário: *ressalve-se que a comissão de avaliação encontrou, às vezes, muito boas alternativas para resolver o impasse da “métrica” imprecisamente definida, ainda que possa, por isso, ter parecido (e apenas parecido!) a alguém que estivesse infringindo o Documento de Área.*
- 2.7 Clareza quanto à redação e estrutura do texto do Documento de Área, especialmente, a relação entre os itens e os indicadores de avaliação correspondentes.
- 2.8 Solução de problemas relacionados ao enquadramento e redação dos parâmetros, embora sejam adequados para avaliar os Programas, individualmente e na comparação, considerando que os indicadores nem sempre foram usados na avaliação como se acham no Documento de Área.

- 2.9 Coerência conceitual e textual referentes à descrição dos itens, especificidade dos indicadores e adequação entre itens, indicadores, quesitos e os respectivos parâmetros de qualidade. Por exemplo, a relação entre a Proposta do Programa e a Produção Intelectual. Isso significa que o mesmo parâmetro pode estar sendo avaliado mais de uma vez por indicadores e, quase sempre, por comissões diferentes.
- 2.10 Coerência entre itens e conteúdos descritos no Documento de Área e no Relatório de Avaliação da Trienal 2013, considerando que há diferenças, especialmente no relatório em relação ao documento. Nem todos os itens do documento da área são referidos no relatório, que por sua vez contém itens novos em relação ao Documento da área.
- 2.11 Confluência entre os parâmetros explicitados no Documento de Área e aqueles apresentados pelo Relatório nesse quesito, por exemplo: perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento, experiência e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa; avaliar o Corpo Docente quanto à adequado em quantidade, capacitação e experiência, para a execução da Proposta do Programa, considerando, também, a presença de professores/ pesquisadores visitantes, orientação de alunos com Bolsa sanduíche e adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.
- 2.12 Definição de indicadores que permitam avaliar o Núcleo Docente Permanente - NDP - que é responsável pelo desenvolvimento e resultados das atividades de ensino, pesquisa, orientação e produção intelectual do Programa, considerando os itens e parâmetros definidos pela CAPES e área.
- 2.13 Revisão parcial ou total dos conteúdos do quesito Corpo Docente, no conjunto dos demais quesitos, o que passa definição conceitual mais precisa.
- 2.14 Maior precisão quanto à descrição de métricas, parâmetros e indicadores da avaliação, com as devidas explicações.
- 2.15 Inclusão de novos parâmetros relacionados ao Corpo Docente, mas que constam de outros quesitos. Por exemplo: critérios e procedimentos de credenciamento (Proposta do Programa); exercício de docência em mais de 1 Programa e a sua produção intelectual (Produção Intelectual); proporção adequada entre dimensão do corpo docente e número de projetos de pesquisa (Produção Intelectual)
- 2.16 Especificação sobre a divisão da produção intelectual dos docentes que participam de mais de um programa, considerando que a Plataforma Sucupira importa os dados, automaticamente do Lattes.
- 2.17 Precisão quanto ao item que se refere à participação em projetos de pesquisa. O que se entende por projetos e subprojetos (e planos) de pesquisa? O que se pretende estimular/induzir na pesquisa de cada docente? Como essas questões se relacionam com pesquisas de Linhas e/ou Grupos de Pesquisa?

- 2.18 Precisão quanto à relação entre NDP e alunos para que seja considerada adequada, tendo em vista a questão: como distinguir discentes de orientandos?
- 2.19 Precisão sobre os parâmetros que efetivamente importam no concernente à qualidade do corpo docente a ser avaliado, pois estes poderão incidir sobre o comportamento dos docentes quanto à formulação e compartilhamento de suas pesquisas e sobre sua competência para captar financiamentos da pesquisa.
- 2.20 Precisão quanto às diferenças e definições das categorias docentes, pesquisadores, docentes convidados e técnicos.
- 2.21 Explicitação dos critérios de credenciamento de *pró-doc* e *pós-doc* para o NDP e de que modo sua produção é avaliada.
- 2.22 Explicitação quanto à proporção entre o número de ingressantes e o de concluintes, que pode ser avaliado como negativo ou positivo, em relação ao corpo docente (e sua renovação), no cálculo sobre a proporção docentes/ discentes ou orientandos, no triênio.
- 2.23 Solução para as dificuldades dos Mestrados Profissionais para a contratação de docentes não portadores de títulos de doutor ou especialistas para integrar o corpo docente permanente, especialmente em instituições públicas que necessitam rever seus regimentos de pós-graduação para abrigar profissionais de reconhecida experiência na área. A solução requer um posicionamento da instituição no sentido de flexibilizar a contratação de docentes com perfis mais próximos do interesse deste tipo de curso do que a alteração do Documento de área.
- 2.24 Explicitação sobre a diferença de pontuação, na avaliação do quadro docente entre Mestrados e Doutorados acadêmicos e os Mestrados Profissionais, no Documento de área.
- 2.25 Explicitação sobre o peso da titulação dos docentes nos Mestrados Profissionais, já que é possível credenciar docentes sem a titulação exigida nos programas acadêmicos.
- 2.26 Explicitação sobre os critérios para considerar "notória especialização" em Mestrados Profissionais, considerando a adoção do mesmo critério previsto na lei 8666, que trata da dispensa de licitação.
- 2.27 Explicitação sobre a porcentagem adequada de docentes visitantes e colaboradores na composição do corpo docente de Mestrados Profissionais.
- 2.28 Explicitação sobre a relação entre os parâmetros de qualidade do Corpo Docente e o quesito Produção Intelectual, buscando a partir da observação quanto ao nível de detalhamento e especificação das definições e comentários dos itens presentes no quesito

Produção Intelectual, refletir e discutir sobre melhorias e ajustes nos itens presentes no quesito Corpo Docente.

- 2.29** Consideração sobre questões relacionadas à metodologia desenvolvida para avaliação da Produção Intelectual é bastante refinada quanto à definição de seus indicadores e métricas correspondentes e podem auxiliar num melhor delineamento, clareza e definição conceitual dos indicadores quanto ao quesito Corpo Docente e, posteriormente, estabelecer as métricas correspondentes.
- 2.30** Consideração para estabelecer maior relação entre Produção Intelectual e Corpo Docente, os seguintes aspectos: existência de diferenças entre as subáreas - Comunicação e Ciência da Informação e Museologia, quanto aos itens avaliados; as faixas de atribuição de conceitos (para os itens 4.1 e 4.2) são diferentes por subárea, a partir dos motivos apontados no Relatório de avaliação 2010-2012. Considerando-se que a maioria, ou pelo menos grande parte, da produção intelectual está vinculada ao corpo docente, ponderou-se sobre a necessidade de uma análise relativa à possibilidade de diferenças entre as subáreas também nos itens de avaliação do Corpo Docente.
- 2.31** Especificação sobre os conceitos dos itens do quesito Corpo Docente para atribuir pontuação e detalhar intervalos para as métricas para os conceitos MB, B, F e D. Para cada item analisado na Produção Intelectual foi construída uma métrica baseada em contagem, pontuação e ponderação por relevância, para cada indicador, a partir da qual foram gerados intervalos de ocorrência vinculados os conceitos MB, B, R, F e D. Comparativamente, no Quesito Corpo Docente, a atribuição dos conceitos MB, B, R, F e D é realizada de forma mais geral, ou menos específica, a partir da observação do atendimento (presença), ou não (ausência), do item de avaliação pelo programa.
- 2.32** Identificação dos parâmetros de qualidade/características/indicadores, em Corpo Docente, são passíveis de serem convertidos em métricas; quais itens do quesito contêm informações que podem ser traduzidas em métricas, que contribuirão para se delinear o perfil de cada PPG. Esse apontamento associa-se aos questionamentos realizados pelos professores Dr. Maurício Lissovsky (COM/UFRJ) e Dr. Eugênio Trivinho (COM/PUCSP), no debate ocorrido no Painel 2 - Produção Intelectual.
- 2.33** Definição sobre quais os itens são importantes para compor as métricas, no sentido de "descomplexificá-las"
- 2.34** Definição de como obter para o quesito Corpo Docente uma visualização comparativa detalhada como a oferecida pela Planilha Comparativa divulgada como Documento da Avaliação Trienal 2013 e pelas Tabelas 9, 4.1, 4.2, 4.3 e 4.4, presentes no Relatório de Avaliação 2010-2012 da Capes, para o Quesito Produção Intelectual. A partir dessas informações (Planilha e Tabelas) é possível cada PPG visualizar o seu desempenho e, com base nas métricas descritas no quesito, acompanhar passo a passo a construção do conceito obtido na avaliação. Ainda, essas informações contribuem ao oferecer informações

objetivas para o desenvolvimento dos Estudos Métricos, que oferecem apporte aos estudos do comportamento da ciência.

- 2.35 Inclusão de metadados para alguns indicadores relevantes para os parâmetros de qualidade relativos ao Corpo Docente, uma vez que são apresentados na Proposta do Programa de forma dissertativa, especificamente em relação a: Bolsistas de Produtividade; premiações de trabalhos docentes; aprovação de propostas em Editais de Agências Nacionais (CNPq, Capes, FAPs); participações em bancas examinadoras em outros PPGs.

### 3 PRODUÇÃO INTELECTUAL E OS PARÂMETROS DE QUALIDADE

---

- 3.1 Valorização da qualidade e o equilíbrio da Produção Intelectual a partir do trabalho de orientação interna nos PPGs que priorize publicações em periódicos qualificados; divulgação interna dos periódicos avaliados pelo Qualis; alertar para a grande concentração de publicações de artigos em periódicos ainda não avaliados; desenvolver uma política editorial nos periódicos dos PPGs; buscar a indexação dos periódicos dos PPGs em bases de dados; evitar publicações docente e discente no periódico do próprio PPG; empreender esforços para que sejam compreendidos os fluxos de geração e uso da informação; desenvolver estudos sobre os comportamentos e as necessidades dos usuários, com os serviços de disseminação seletiva da informação e processos de mediação da informação.
- 3.2 Promoção da responsabilidade dos Programas quanto à atualização rigorosa e constante dos currículos, incluindo as produções técnicas.
- 3.3 Especificação sobre quais são as atividades técnicas contempladas no Documento de Área e seus respectivos pesos.
- 3.4 Consideração sobre a curadoria museológica que é uma especificidade da produção científica em museus, deve ser considerada como parâmetro relevante na Produção Técnica.
- 3.5 Formulação e revisão de critérios de avaliação dos periódicos científicos.
- 3.6 Proposição de políticas adequadas para o funcionamento de periódicos científicos às entidades vinculadas às áreas de conhecimento.
- 3.7 Divulgação de informações junto aos programas de pós-graduação sobre procedimentos de indexação e avaliação de impacto de periódicos.
- 3.8 Verificação sobre a efetividade do “peer review” praticado pelos editores científicos.

3.9 Exame sobre a qualidade dos artigos publicados.

3.10 Consideração sobre o fato de que na maioria dos periódicos utilizados pela área de Ciências Sociais Aplicadas I não há informações sobre o comitê consultivo do periódicos.

3.11 Divulgação e alerta sobre a necessidade de amadurecimento dos veículos de comunicação científica da área. Para isso podem-se usar índices próprios, a exemplo da Administração: <http://www.spell.org.br/> e Psicologia: <http://pepsic.bvsalud.org/>.

3.12 Estímulo à internacionalização da pesquisa da área, procurando publicar em veículos internacionais; atrair pesquisadores estrangeiros para publicar em periódicos nacionais (eventos, números especiais)

#### 4 CORPO DISCENTE, TESES E DISSERTAÇÕES E OS PARÂMETROS DE QUALIDADE

---

4.1 Compreensão sobre o fato de que o quesito Corpo Discente corresponde a 30% do total da avaliação, com os itens e seus respectivos pesos para Corpo Discente, Teses e Dissertações.

4.2 Consideração sobre o fato de que os programas estão em crescimento e isso tem provocado aumento no número de docentes a serem credenciados e, consequentemente, na capacidade de orientação. Esse crescimento pode ocorrer durante o triênio provocando mudanças na quantidade de teses e dissertações defendidas em relação ao corpo docente e dimensão do corpo discente.

4.3 Consideração, para efeitos de cálculo no triênio, do afastamento oficial de um docente permanente e a necessidade de redistribuir suas orientações. O PPGCI-UFF questionou sobre como será feito o cálculo no triênio.

4.4 Incentivo à criação de mecanismos que estimulem a publicação dos resultados das teses e dissertações.

4.5 Incentivo à participação de discentes, enquanto coautores, em congressos como ENANCIB, COMPÓS, INTERCOM e outros.

4.6 Valorização da coautoria de textos entre alunos e docentes, como forma de promover a reflexão e os avanços que ocorrem nos grupos de pesquisa e ampliar a produção científica do programa.

- 4.7 Estímulo a políticas internas de publicação de teses e dissertações de seus discentes.
- 4.8 Valorização das premiações obtidas pelo Programa e indicar o espaço adequado na Plataforma Sucupira para informá-las.
- 4.9 Consideração sobre a possibilidade de valorizar e atribuir pontuação sobre a produção técnica e artística dos discentes.
- 4.10 Valorização sobre procedimentos de acompanhamento do programa relacionados aos processos de seleção e formação dos mestres e doutores.

## 5 INSERÇÃO SOCIAL E OS PARÂMETROS DE QUALIDADE

---

- 5.1 Definição da inserção social do Programa como indicador da sua responsabilidade e compromisso com o desenvolvimento regional e nacional e, especialmente, sua contribuição para a qualidade da educação brasileira e emancipação social.
- 5.2 Identificação da incompreensão sobre as questões concernentes aos itens Inserção Social, Nucleação e Solidariedade foi revelada por uma quantidade expressiva de Programas, o que pode ter gerado decréscimo na qualidade dos dados.
- 5.3 Compreensão da Inserção Social como proposição e desafio para a área, de modo a construir, no perfil da área, as ações que viabilizem a associação de seus objetos de pesquisa com o ensino médio, por exemplo, já que essa inserção não faz parte da natureza dos saberes científicos que circulam nos grupos, linhas e núcleos de estudos e pesquisas da área.
- 5.4 Caracterização da Inserção Social como sendo ações conectadas a projetos sociais, a políticas públicas e articuladas com membros comunitários e lideranças educacionais.
- 5.5 Identificação da nucleação de grupos de pesquisa ou pós-graduação na Região, nacionais e internacionais e do acompanhamento de egressos.
- 5.6 Identificação de docentes do programa com liderança no plano regional e nacional que podem ser relacionados ao índice de maturidade do Programa,
- 5.7 Promoção de ações voltadas para o Ensino Fundamental e Médio desde que relacionadas aos grupos de pesquisa e à área de concentração do Programa.

- 5.8 Desenvolvimento de atividades de natureza educacional e cultural abertas à participação de diferentes grupos da sociedade.
- 5.9 Estabelecimento de parcerias em redes de pesquisas nacionais e internacionais para formação de pesquisadores para atuação regional e inserção em projetos de divulgação científica.
- 5.10 Promoção de cursos de especialização, aperfeiçoamento, ou de curta duração em parceria com instituições públicas e privadas, como prefeituras, escolas técnicas, secretarias de educação, de Direitos Humanos, voltados à educação/formação para o letramento midiático ou Alfabetização Midiática e Informacional (UNESCO - 2013)
- 5.11 Criação de espaços formais para a divulgação científica e tecnológica junto à comunidade sobre as pesquisas em curso nos programas. Para além da Visibilidade, poderiam ser desenvolvidas ações mais centradas na extensão universitária.
- 5.12 Associação com ONGs e organizações públicas ou privadas para a divulgação e formação de alunos do ensino Médio e Fundamental nos estudos dos processos comunicacionais e de apropriação dos diferentes dispositivos informacionais e midiáticos.
- 5.13 Participação em editais que estimulam a criação de espaços não formais para a divulgação e formação da cultura da mídia em comunidades, visando desenvolver aptidões e habilidades para o letramento informacional e midiático entre jovens e adultos.
- 5.14 Ampliação de impactos com inserções científicas e tecnológicas através da representação exercida junto a entidades científicas, órgãos de fomento e pesquisa regionais, nacionais e Internacionais.
- 5.15 Formação de pesquisadores e parcerias em redes de pesquisas nacionais e internacionais com programas do tipo “Casadinho”, PQI, Dinter/Minter, PROCAD e similares.
- 5.16 Implementação de programas de Intercâmbio Científicos Internacionais, como CAPES/COFECUB.
- 5.17 Qualificação das informações e da inserção dos dados apresentados pelos Programas, onde, claramente, se distingam as ações de inclusão social, sejam locais, regionais, nacionais ou globais.
- 5.18 Clareza quanto à redação do Documento de área ao se referir aos conceitos solidariedade e nucleação, ressaltando as diferenças, originalidade e vocação das diferentes regiões.

- 5.19 Definição sobre o que a área entende como ações voltadas para o Ensino Médio e Fundamental, considerando as políticas públicas sobre o acesso à informação e controle da Comunicação.
- 5.20 Explicitação sobre a interdisciplinaridade, no Documento de Área, para que projetos interdisciplinares sejam realmente contemplados pelas agências de fomento.
- 5.21 Avaliação adequada da gama de ações dos museus pois estas instituições possuem alcance social, por meio de distintas e diversas estratégias. Ainda, a partir das suas contribuições institucionais específicas, provocam impacto no ensino fundamental e na formação/capacitação continuada de professores dos ensinos fundamental, médio e superior.
- 5.22 Compreensão sobre os diálogos inerentes à Museologia que podem ultrapassá-la, pois trabalha com distintos temas / enfoques, tais como preservação e conservação, patrimônio, território e paisagem, memória, identidade, informação, documentação, NTIC, ensino e aprendizagem, recepção. Nesse sentido, aproxima-se dos estudos culturais / de recepção, por exemplo, e estabelece interface ou sobreposição com a Comunicação, Ciência da Informação, Educação, Arquitetura, Antropologia, Sociologia, Psicologia, Artes, História e outras.
- 5.23 Avaliação da inserção da Museologia na graduação pode ser diversa, em seus próprios cursos e em outros, ampliando a participação de outras áreas na construção da Museologia e dos museus.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

- 1 A dinâmica do III Seminário de acompanhamento foi centrada na apresentação de quatro painéis que dissecaram os principais itens da Avaliação trienal. O objetivo foi explicitar os parâmetros de qualidade buscados pelo processo avaliativo quanto aos quesitos principais.
- 2 A estrutura e organização do Seminário evidenciaram um processo de avaliação extremamente cuidadoso e realizado com critérios precisos que foi debatido por coordenadores de programa e avaliadores. Assim, foram abordados problemas de preenchimento do coleta CAPES, assim como os problemas mais importantes da avaliação.
- 3 A composição dos painéis principais, com a presença de coordenadores de programas e dois membros da Comissão de Avaliação Trienal, possibilitou analisar a responsabilidade dos programas e aquelas concernentes à Comissão de avaliação, assim como aprofundar e explicitar melhor todo o processo avaliativo.
- 4 A análise e o debate ocorrido entre coordenadores de programas e os docentes membros da Comissão de avaliação da trienal conjunta permitiu esclarecer questões relacionadas à aplicação dos critérios considerados, algumas vezes, como subjetivos e políticos, capazes de minar a credibilidade do processo de avaliação.
- 5 O debate em torno dos limites da objetividade e subjetividade em relação à formulação e aplicação dos critérios permitiu refletir sobre os limites do sujeito avaliador quanto à aplicação dos critérios e, também, suas convicções e processos pessoais. Portanto, a subjetividade se faz presente em qualquer julgamento.
- 6 A avaliação dos programas deve excluir o máximo de subjetividade e obedecer à análise combinatória de critérios, métricas e respectivas pontuações, conforme consta do Documento da Área aprovado por todos os programas.
- 7 O quesito ***Proposta do Programa*** apesar de não pontuar, é norteador da avaliação e explicita a identidade do Programa. Neste sentido, não pode ser tratado como uma peça retórica. Mesmo admitindo certo nível de redundância, deve espelhar as alterações e inovações ocorridas de ano para ano no programa. Compete à gestão de cada programa

register todos os aspectos que considerar importantes para a compreensão da história e das características do Programa.

- 8 Ao quesito *Produção Intelectual* é atribuído o valor mais alto da avaliação (40%) e sua análise é a mais complexa. Aparentemente, a pontuação indica métricas mais precisas, mas os parâmetros de qualidade são passíveis de questionamentos e precisam ser mais afinados. A área não aplica o fator de Impacto (FI), mas poderia avaliar este procedimento, conforme o fazem outras áreas do conhecimento.
- 9 No quesito Produção Intelectual, a valoração dos periódicos da área para a classificação no Qualis Periódicos ainda se mostra complexo e gera incompreensões. Por exemplo, os periódicos onde se publica pela primeira vez só são qualificados depois, mesmo os estrangeiros, ou principalmente estes. Às vezes, esse processo é mais lento do que a própria avaliação.
- 10 O processo da Classificação de Livros foi o item que causou mais debates, desde a implantação do sistema até a avaliação. As sugestões estão relacionadas a mudanças de critérios, pesos e à avaliação da qualidade dos livros. Nesse sentido, a comunidade concorda que o formato atual não é adequado, embora a visibilidade dada aos procedimentos e resultados tenha qualificado o processo.
- 11 As inovações utilizadas para a identificação e classificação da Produção Técnica precisam ser aperfeiçoadas quanto aos itens concernentes, pesos e métricas, já que sua especificação e detalhamento apareceram pela primeira vez, no documento de área.
- 12 A Produção Artística para esta avaliação foi adaptada às características da área conforme os resultados explicitados pelo Relatório da Avaliação Trienal 2007-2009. Neste sentido, houve uma redução dos itens com respectiva generalização dos itens, com a devida correspondência de critérios e pesos. Este item requer análise e novas decisões.
- 13 No quesito *Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão* reside o resultado do funcionamento do programa. Se de um lado, somando Produção Intelectual (40%) com Corpo Docente (20%) se obtém 60% da avaliação dos programas, por outro, o Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão representam 30% e atestam a eficiência do trabalho acadêmico realizado. Em última instância, as teses e dissertações são a finalidade principal da existência da Pós-Graduação no País.

- 14 Os resultados vinculados à produção do Corpo Discente requerem análise mais aprofundada, considerando a exigência de produção para o exíguo tempo de 24 e 48 meses, que é o período de conclusão do mestrado e do doutorado. De qualquer modo, vale considerar que 90% do processo avaliativo está sob a responsabilidade do NDP e de sua relação com o corpo discente.
- 15 O quesito **Corpo Docente** classificado como a “a alma e o chão dos programas” foi abordado a partir da titulação de seus docentes-pesquisadores, diversidade de formação, experiência e a sua adequação ao Programa. Especial atenção foi dada à necessária afinidade entre linhas de pesquisa, grupos de pesquisa, produção intelectual e orientação sob a responsabilidade dos docentes.
- 16 Quanto ao item Corpo Docente, também foi analisada a relação entre a experiência dos docentes mais maduros e os mais novos para que sejam obtidos pontos de equilíbrio nos processos de renovação, que devem ser planejados. Esta relação permite manter a identidade do programa e qualificá-lo.
- 17 A inovação das pesquisas desenvolvidas pelo Corpo Docente foi um dos aspectos debatidos à medida que muitos parecem se colocar na posição de colonizados pelo saber estrangeiro. Foi ressaltada a importância de buscar um saber próprio. Essa consciência é absolutamente fundamental para que a médio e longo prazo a ciência produzida no país tenha um impacto verdadeiro na produção universal do conhecimento.
- 18 A questão da exigência da produtividade foi abordada quanto à igualdade no modo e na natureza do cientista brasileiro e do estrangeiro, considerando que são projetos para a vida inteira. Foi salientado que “é como se enquanto produzimos o comum estamos com um olhar no fora do comum, num laboratório permanente de busca de um novo método ou de novos objetos que ultrapassem o *status quaestionis* e se abram a pesquisas inovadoras também do ponto de vista teórico”. Esta seria a perspectiva fundamental da ciência brasileira.
- 19 O Documento da área Ciências Sociais Aplicadas I deve refletir o processo de amadurecimento dos parâmetros de desempenho e um modelo de avaliação próprio para os programas das subáreas de Comunicação, Ciência da Informação e Museologia. Nesse sentido, enquanto modelo, é dinâmico e envolve constantes ajustes e adaptações para

melhorias tanto em termos de refinamento de conceitos e definições, como das métricas, como das necessidades atuais, decorrentes da própria evolução da área.

- 20 A comunidade da área entende que há necessidade de definição e delimitação mais clara e simples dos conceitos e parâmetros de avaliação que sustentam os itens de avaliação para os quesitos Proposta do Programa, Corpo Docente, Corpo Discente, Teses e Dissertações, Produção Intelectual e Inserção Social. Citam-se, como exemplos: solidariedade, nucleação, diversificação (quanto a vínculo, origem e formação do docente), coerência absoluta, "atende plenamente", entre outros.
- 21 A comunidade da área entende que há necessidade de se verificar quais são os indicadores que, de fato, estão avaliando/distinguindo os programas de pós-graduação. Nesse contexto, destaque-se, por exemplo, a observação da Profa. Dra. Maria Ataíde Malcher (COM/UFBA) em relação as itens de avaliação do quesito CORPO DISCENTE, TESES E DISSERTAÇÕES. A profa. Maria Ataíde consultou a ficha de avaliação de 36 programas da subárea de Comunicação quanto a este quesito e observou que todos obtiveram atribuição do conceito MUITO BOM.
- 22 Os coordenadores expressaram sua preocupação e questionaram o modelo de avaliação quanto à sua saturação, assim como a dificuldade de compreender quais indicadores são efetivamente relevantes e discriminantes. Os demais poderiam ser excluídos facilitando o trabalho dos coordenadores e avaliadores que se ateriam a menor quantidade de indicadores, com maior aprofundamento nas análises. Alguns indicadores podem já ter sido "vencidos" durante a evolução do conjunto de PPGs ou ter uma definição estabelecida de tal modo que todos se enquadrem em uma mesma categoria e, portanto, não os distinguem.
- 23 O processo que deve nortear a produção do Documento da área deve definir quais são os itens necessários e suficientes para a avaliação dos PPGs e em que momento o modelo de avaliação se satura, no sentido de a inclusão/utilização de alguns itens não alterar o conceito final do programa.
- 24 A compreensão sobre os quesitos e a qualificação da avaliação, passa pela melhoria na formulação dos itens dos quesitos, considerando os pesos mais adequados atribuídos aos itens; as assimetrias em relação à apresentação da Proposta do Programa; pela significância

do item no quesito (itens com mesma atribuição de conceito); pelo detalhamento e esclarecimento dos conceitos, critérios e métricas.

- 25 Durante a reunião, foram utilizados alguns verbos - refinar, aprimorar, detalhar, especificar, delimitar, objetivar, entre outros - aparentemente para designar uma mesma intenção: a de se definir e delimitar de forma mais objetiva os conceitos e indicadores envolvidos na avaliação dos programas da área CSAI.

Brasília, agosto de 2014.